

Roteiro do podcast Censos do Brasil – Episódio 2 – Censos de 1890 e 1900 – Os primeiros da República – Divulgado em 13 de fevereiro de 2023

[Música instrumental da época]

No episódio anterior, o primeiro dessa série, você viu que após algumas tentativas frustradas, o Brasil finalmente realizava o primeiro Recenseamento de sua história. Podemos dizer que foi um bom Censo, principalmente se levarmos em consideração que não tínhamos experiência. Mas eu preciso ser sincero com vocês. Nem todos os Censos foram bem-sucedidos, apesar de todo esforço empregado para realizá-los. Você entende... Nem tudo na nossa vida dá certo... Pelo menos não assim, de cara. Muitas vezes é preciso insistir, aprender com os erros e fazer diferente.

Neste episódio vamos falar sobre os Censos de 1890, o primeiro da República, e o de 1900, realizados ainda antes da criação do IBGE. Ambos foram feitos com muitas dificuldades e apresentaram números falhos, mas fizeram parte do processo de aprendizado sobre Recenseamentos no Brasil.

Eu sou Fabio Carvalho e este é o podcast Censos do Brasil e depois da vinheta eu vou te contar essa história.

VINHETA [trechos de músicas de propagandas dos Censos compiladas: “O Brasil precisa saber para ter consciência de sua grandeza”; ”Plim, plim, toco a campainha e ouço uma voz perguntando”; “quem é? É o agente do Serviço Nacional de Recenseamento”; “o Censo está aí: você responde e o Brasil corresponde”; “quantos somos? Sim, quantos somos no Brasil?”; “para o bem do Brasil, para o seu próprio bem, receba-o cordialmente”; “bom dia minha senhora”; “vamos juntos descobrir que país é este”]

O segundo Recenseamento no Brasil deveria ter acontecido em 1880, conforme previa a chamada “Lei do Censo”, de 1870. Mas uma crise fiscal impediu a realização. Por isso, a pesquisa foi transferida para 1890, na esperança de um momento mais propício. Hummm, não... Na verdade, não poderia haver momento mais complicado.

O Brasil tinha acabado de passar por um momento político e social turbulento, que acabou em um golpe militar. Era o fim da monarquia e o da República. Então era o momento de pôr a casa em ordem e iniciar o processo de construção da nova ordem republicana. Mas o Governo acreditou que ainda assim era possível realizar o Censo, uma operação sempre muito complexa.

E para começar, foi preciso trazer de volta a Diretoria Geral de Estatística, que por falta de recursos, foi extinta em 1881. Como você sabe, o IBGE ainda não existia. A organização da coleta foi a mesma do primeiro Censo: as paróquias seguiram como base do recenseamento, os recenseadores ainda precisavam ser inteligentes e os formulários foram entregues para o preenchimento. O agente só interferia em caso de analfabetismo do chefe da família. Só a data de referência mudou. Dessa vez foi 31 dezembro.

Depois de recolhidos, os boletins eram avaliados pelas comissões censitárias e depois à DGE, para apuração.

O boletim investigou cada habitante, as relações entre a família e as relações sociais. O número de questões aumentou, em comparação com o Censo anterior. Foram incluídas perguntas sobre filiação, nacionalidade dos pais e posse de diploma, por exemplo. No quesito cor, a categoria “pardo” foi substituída por “mestiço” e no item “defeitos físicos” foi incluída a surdez. Ainda sobre deficiência, consta nos registros uma substituição de termos que para mim e para você vai soar muito mal, mas que fazia sentido para aquele momento. A DGE achou mais apropriado abandonar o termo “demente”, considerado ofensivo, e adotar o termo “idiota”, julgando ser mais adequado para a época. Hoje nenhum dos dois é aceitável. A terminologia sobre deficiência evoluiu ao longo do tempo e hoje o termo correto é deficiência intelectual.

Bem, como eu adiantei lá no início, esse Censo foi muito problemático. E não sou só eu que penso assim! O próprio diretor da DGE desse período, Francisco Mendes da Rocha disse o seguinte:

“É em cumprimento desse dever de probidade, que, ao apresentar hoje a sinopse do recenseamento de 1890, não aconselho aos que de seus algarismos se forem servir, que o façam se não com todo o critério, não devendo considerar a segunda operação censitária da República mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiçá em condições inferiores ao primeiro.”

Os problemas foram diversos, já na fase de coleta. O trabalho de campo deveria ser feito em 30 dias, mas não foi bem assim. Alguns distritos não receberam o questionário a tempo do início do Censo. Por isso, diversos locais não realizaram a pesquisa na data combinada. Outros se quer começaram! Também houve falha no fluxo inverso. Para você ter uma ideia, apenas nos estados da Bahia e Minas Gerais, ficaram perdidas as informações de 285 paróquias, que não fizeram o censo ou que fizeram incompleto. Na Bahia, 64% das paróquias tiveram as suas populações estimadas com base no censo de 1872.

Luiz Antônio Oliveira, pesquisador do IBGE e ex-coordenador de População e Indicadores Sociais dá mais detalhes dos problemas que esses censos enfrentaram:

[Depoimento de LUIZ ANTÔNIO OLIVEIRA]

“Imagina, e nós estamos falando aí de um período em que mais ou menos 80% da população brasileira morava em área rural. E mais ou menos 80%, também era analfabeta. Então imagina as dificuldades disso e o que era a área rural na naquela época, né? Você tinha área rural que tinha os latifúndios com moradores, né? Talvez fosse até mais fácil de localizar e tinha uma economia de subsistência espalhada pelo Sertão, pelo Cerrado, pelo Sul do Brasil etc. Totalmente aleatória, distante, de difícil localização. Então as armadilhas para ter uma sub numeração enormes, sobretudo para quem não tinha uma estrutura montada, né? Formas de locomoção eram pecuárias, né? Vamos dizer assim. Você fazia os movimentos, quando não podia ir de trem, era muito de canoa, de barco. Ou então a cavalo mesmo. Um censo difícil, difícil de fazer, sobretudo para quem não tinha uma estrutura, então foi mais um evento de voluntarismo. Deixou uma marca, mas os dados são pouco confiáveis.”

Por essas e outras, o resultado do recenseamento de 1890 deve ser considerado como apenas um ensaio. Fazendo essa ressalva, vamos aos números: o censo de 1890 apurou que o Brasil possuía 14.333.915 habitantes, com uma pequena predominância de homens. As pessoas solteiras eram a maioria. Pouco mais da metade da população tinha entre zero e 19 anos e apenas 15% das pessoas sabiam ler e escrever. Os brancos eram 44%, 33% eram mestiços, 14% pretos e 9% caboclos. O número de estrangeiros diminuiu, chegando a 2,5% da

população. Já o número de municípios saltou de 641 para 1024, sendo o Rio de Janeiro o mais populoso.

A previsão era de que todos os dados seriam publicados em 45 volumes. A coisa era tão confusa que foi calculado um prazo de 12 anos para que ficassem prontos. Ah, isso se a Imprensa Nacional se dedicasse somente a essa tarefa, não fizesse mais nada. Além disso tudo custaria muito caro e, lembre-se, todo esse esforço para resultados pouco confiáveis! Acho que concordamos que não valia muito à pena, não é? Bem, no final das contas, dos 45 previstos, apenas 5 volumes foram publicados, encerrando uma experiência não muito positiva.

Mas, você ouviu o que o diretor da DGE disse. Com o censo de 1890 servindo de ensaio, o seguinte certamente seria melhor. Certo? Errado!

De cara deu para perceber que as coisas não iam bem. Se em 1890 o trabalho começou com uma certa grandiosidade, esse já iniciou cambaleante. Além disso, a DGE tinha sido tornada mínima. E, com falta de recursos, se já era difícil dar conta das atividades rotineiras, imagine agora, que tinha que realizar um recenseamento! A experiência com o censo de 1890 não foi levada em consideração e, mesmo com as condições muito parecidas, o trabalho não foi cancelado. E o fracasso foi inevitável...

TRECHO DE PROPAGANDA ANTIGA DOS CENSOS: “Ninguém deve esconder nada que o recenseador perguntar. Toda pergunta é certa e boa. Toda resposta é absolutamente necessária.”

A coleta dos dados foi marcada para o dia 31 de dezembro e o trabalho do recenseador era o mesmo: entregar e recolher os boletins e preenchê-los em caso de analfabetismo das famílias. Mas teve uma novidade: a paróquia deixou de ser a base para a coleta. Foi adotada uma divisão administrativa no lugar. A DGE passou a controlar todo o processo, colocando um funcionário em cada Estado, com o dever de tomar conta de tudo, até dos custos da operação.

Os boletins mudaram também. Foi usado um boletim individual, que deveria ser preenchido por cada componente, desde que estivesse listado pelo chefe do domicílio em outro documento, a carta de família. Eram 11 os quesitos a serem preenchidos no boletim individual: nome, sexo, filiação, naturalidade ou nacionalidade, idade, estado civil, se residia no distrito, se sabia ler e escrever,

religião, profissão e defeito físico. Para os moradores de domicílios coletivos, foi usada uma carta coletiva.

Na etapa de apuração os problemas foram ficando evidentes. Assim como no censo anterior, esse também teve muitas falhas na distribuição dos boletins. A fragilidade dos dados era tão grande no Distrito Federal que o governo decidiu cancelar os trabalhos do recenseamento na capital. Nos outros Estados a apuração continuou, apesar das inconsistências. Por isso, parte dos resultados foi estimado com base nas informações dos recenseamentos anteriores.

Os resultados do terceiro recenseamento do Brasil saíram em 1905, em uma sinopse dos resultados. E foi só para aquele momento. Outras informações apuradas foram publicadas posteriormente no Anuário Estatístico do Brasil.

O Brasil tinha em 1900 a população de 17.317.069 pessoas com um pouco mais de homens do que de mulheres. O número de estrangeiros disparou! Houve um aumento de 141% em relação ao censo anterior, sendo os italianos 60% dos estrangeiros recenseados. Sobre a questão de trabalho, vimos que 54% das pessoas desempenhavam atividades agropecuárias. Já na indústria manufatureira, que se iniciava, o número de mulheres superava quase 10 vezes o número de homens. Nesse período o Estado de São Paulo se tornou o segundo mais populoso, ultrapassando a Bahia e só ficando atrás de Minas Gerais.

Em meio a muitas críticas da imprensa, o censo de 1900 foi classificado como ainda mais deficiente que o de 1890.

Nelson Senra, pesquisador do IBGE e autor do livro História das Estatísticas Brasileiras resume bem o que foi a execução desses dois Censos:

[Depoimento de NELSON SENRA]

“Na primeira República o seu primeiro censo foi em 1890, num momento em que não havia a menor condição de fazer um censo. Entretanto, a República entendeu que, sim, deveria fazer. O espírito positivista imperava e, de pronto, resolveu fazer um censo. O censo de 1890 e o de 1900 foram dois fracassos. Foram feitos muito inspirados no censo de 1872. Entretanto, várias contingências mostraram que eles não souberam fazer o censo. Não puderam. Circunstâncias atrapalharam a realização do censo desses dois censos.”

Em 1907, Bulhões Carvalho assumiu a direção da DGE e pediu para que todas as pendências do último recenseamento fossem resolvidas. A intenção não era divulgar dados novos, mas entender por que deu tão errado. Ele já estava pensando no que estava por vir, em 1910. Em 1908 a DGE publicou um resumo do recenseamento dos Estados do Brasil, entendido hoje como o verdadeiro resultado do censo de 1900.

O estudo sobre os censos que não deram certo, foi importante. Mais importante ainda foi realização do censo de 1906 na cidade do Rio de Janeiro. Não para 1910, que não aconteceu. Mas lançou as sementes para o que daria ótimos frutos no futuro. O censo de 1920. Último realizado pela DGE, agora com Bulhões Carvalho, foi um excelente Censo. Vamos conversar sobre ele no próximo episódio. Nos vemos lá!

FIM DO EPISÓDIO [Música instrumental da época]

O material que serviu de base para a elaboração do roteiro pode ser encontrado na Biblioteca do IBGE. Destaque para a publicação “História das Estatísticas Brasileiras”, de Nelson Senra, base para muitos episódios do podcast Censos do Brasil. O link estará na página do episódio.

Visite também o site da Memória IBGE. Lá você encontra muita coisa legal sobre a trajetória da Fundação ao longo do tempo. Como por exemplo, entrevistas com Luiz Antônio Pinto de Oliveira e Nelson Senra, que participaram desse episódio.

O podcast Censos do Brasil é um oferecimento da Memória IBGE. Eu sou Fabio Carvalho e roteirizei, produzi e editei este episódio, com o apoio de Leandro Malavota e Vera Abrantes que me ajudaram com informações para a elaboração do roteiro.

[Música instrumental]